

Processo: 41.734/2021

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM RECEBIMENTO DE ENVELOPES

SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO Nº 058/2021 – 2ª EDIÇÃO

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, por intermédio da Comissão Geral de Licitações, designados em conformidade com a Lei 7.376/2013, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL QUALIFICADA PELO DECRETO 17.066/2020, devendo os envelopes de documentação e de propostas ser entregues durante a sessão pública que acontecerá às 11:00 (ONZE) horas do dia 07 de JANEIRO de 2021, na Sala de Reuniões do Departamento de Licitações e Contratos – Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações, situado na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta,, tendo início nesse horário, o credenciamento dos interessados seguido da abertura dos envelopes.

O presente tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa, visando a contratação de Organização Social pré qualificada pelo Decreto 17.066/2020 para realizar gestão compartilhada com a Secretaria de Município da Saúde sob responsabilidade e fiscalização da SMS e conforme Termo de Referência (Anexo I).

Constituem anexos deste instrumento convocatório e dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Proposta Financeira

Anexo III - Modelo de Credenciamento

Anexo IV - Modelo de Declaração de Fato Impeditivo

Anexo V - Modelo de Declaração do Menor

Anexo VI - Modelo de declaração de não parentesco com Funcionário Público

Anexo VII - Minuta de Contrato

1. FUNDAMENTO LEGAL

1.1. A contratação se dará através de Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso XXIV, da Lei 8.666/93, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

2.1. A contratação de organização social para a gestão compartilhada do serviço da prática clínica municipal se demonstrou vantajosa, visto que, conforme os registros existentes nos processos seletivos anteriores, não há procura na oferta de vagas para os cargos de médicos nos concursos públicos realizados pelo Município; de outro lado, a contratação através de entidade privada, em que pesem eventuais dificuldades já encontradas, ainda se demonstra

mais eficaz. Outrossim, ressalta-se o fato de que, além do concurso público, o Município também lançou edital para contratação emergencial de médicos.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão concorrer apenas Organizações Sociais pré qualificadas através do Decreto 17.066/2020 e que preencherem as condições de habilitação constantes deste edital.

3.2. No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, os proponentes deverão entregar ao (à) Presidente, o documento de credenciamento - Anexo III.

3.3. É facultativa a presença de representante, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes, devendo este também respeitar os Protocolos de Segurança determinados para proteção contra o COVID 19.

3.3.1. A organização que não enviar representante credenciado, poderá concorrer com o valor ofertado na proposta, porém não poderá participar da etapa de lances.

3.3.2. É vedada a representação de mais de um representante legal ou procurador por organização participante no presente processo.

3.3.3. As credenciais de que tratam o subitem 3.3 devem ser apresentadas em separado dos envelopes 01 e 02 e serão anexadas ao processo.

3.3.4. Fica ciente o proponente que o (a) Presidente da Comissão Geral de Licitações (CGL) não se responsabilizará por qualquer atraso do representante para início da sessão.

3.3.4.1. Após o horário previsto para abertura da sessão não será aceito em hipótese alguma a participação no certame de organização que não se fez representar para o início da sessão conforme data e horário descritos no preâmbulo deste Edital.

4. DOS ENVELOPES

4.1. Deverão ser apresentados 02 (dois) envelopes distintos e lacrados, contendo a Proposta e os Documentos de Habilitação do participante. Os envelopes devem ser dirigidos à Prefeitura do Rio Grande, conforme modelo abaixo:

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE INVÓLUCRO 01: PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO Nº 058/2021 CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PROPOSTA DE PREÇO PROPONENTE:</p>

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO 02: PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO Nº 058/2021
CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

4.2. DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 01

4.2.1. A proposta deverá ser apresentada, preferencialmente, em uma via, com indicação do nome, CNPJ/MF e endereço do participante, devendo ser redigida no idioma português, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, ser datilografada ou impressa por meio eletrônico em folhas sequencialmente numeradas, datada e assinada por representante legal do proponente, na última folha, e rubricada nas demais, devendo o valor ser apresentado **total mensal**.

4.2.2. O valor máximo aceitável para contratação dos serviços será de **R\$ 442.600,00** (trezentos e noventa e três mil com seiscentos reais) por mês.

4.2.5. A proposta deverá indicar:

- a) Deverá constar prazo de validade de 60 (sessenta) dias.
- b) Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo 60 dias.
- c) Identificação da organização, endereço, telefone(s), e-mail, assinatura do responsável e carimbo com CNPJ.
- d) Dados bancários: Banco, Conta e Agência.

4.2.6. O preço proposto será considerado suficiente e completo, abrangendo todos os encargos (sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como demais encargos incidentes), os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, e parafiscais etc.), bem como qualquer outro encargo ou despesa, ainda que aqui não especificada e, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto.

4.2.7. Os interessados poderão utilizar o Modelo de Proposta sugerido no Anexo II a este termo

4.2.8. A proposta financeira apresentada em papel termo-sensível (fax), telex, telegrama ou semelhantes será desclassificada.

4.2.9. A apresentação da proposta financeira implica a plena aceitação, por parte da proponente, das normas, exigências e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

4.2.10. Será de inteira responsabilidade da proponente o preço proposto, não sendo consideradas reclamações por erros ou equívocos manifestados após a abertura de seu envelope.

4.3. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

4.3.1. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original (em uma única via e não serão devolvidos), por qualquer processo de cópia

autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial; os documentos que forem emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites, se for o caso. Sendo vedada a apresentação dos documentos, através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível.

4.3.2. Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, deste Edital.

4.3.3. Será inabilitado o participante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

4.3.4. Para fins de habilitação, os participantes deverão apresentar:

- a) Cópia autenticada do Ato Constitutivo
- b) Cópia autenticada de da Ata de eleição ou nomeação do integrantes da atual Diretoria Executiva ou instância equivalente, acompanhada do currículo de seus membros, lista completa com qualificação, endereço e comprovante de endereço e telefone.
- c) Deverá ser demonstrada atribuições privativas do Conselho de Administração nos termos do art 3º da Lei nº 8454/2019
- d) Comprovar através de atestado fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privada que atuou por um período não inferior a 02 (dois) anos na área em que pleiteia habilitação e Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:
 - f1) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais, expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;
 - f2) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede.
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
- h) Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal 5.512/2005 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB 1751/2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.
- i) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.
- j) Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da sua emissão.
- k) Atestado de idoneidade Financeira
- l) Prova de possuir em seu quadro diretivo funcional Responsável Técnico (médico), detentor de atestado (s) de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem ter o médico realizado ou participado de administração e gerenciamento de Unidades de Saúde Pública. O atestado apresentado deverá estar

acompanhado do currículo do profissional. A comprovação se dará com a apresentação de documento que ateste o vínculo do Profissional com a OS.

j) Para atestar a capacidade técnica do médico a OS deverá comprovar que o referido médico já exerceu a função de RT em unidade de saúde do SUS, mediante Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica (CART)

4.3.5. Das Declarações a serem preenchidas e juntadas no Envelope 02:

a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da proponente, assegurando a inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração, conforme anexo IV ao Edital.

b) Declaração, para fins do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, no art. 27, V da Lei 8.666/93, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Modelo Anexo V ao Edital.

c) Declaração de não parentesco com funcionário público, conforme Modelo Anexo VI ao Edital.

5. DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO

5.1. O certame será processado e julgado, sendo observados os seguintes procedimentos:

a) recebimento dos documentos para credenciamento dos representantes dos participantes e dos envelopes contendo as propostas e a documentação de habilitação dos proponentes;

b) abertura dos envelopes contendo as propostas, e sua verificação promovendo-se a desclassificação daquelas que não atenderem às exigências deste instrumento e a classificação provisória das demais;

c) abertura de oportunidade para lances verbais e sucessivos para todos os representantes dos proponentes.

c.1) os lances verbais e sucessivos devem ter valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta menos vantajosa.

c.2) a desistência de apresentação de lances verbais, quando convocado pelo Presidente da CGL, implicará exclusão do concorrente da etapa de lances verbais, mantendo-se a última proposta por ele apresentada para efeito de ordenação, exceto no caso de ser o detentor da melhor proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances, sempre que esta for coberta;

d) examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá à CGL decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade;

e) abertura do envelope contendo os documentos de habilitação apresentado pelo proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

f) rubrica dos documentos pela CPL e representantes dos proponentes;

g) suspensão da sessão para envio dos documentos de qualificação econômico financeira, e proposta readequada ao último lance e documentos para qualificação técnica da OS classificada como melhor proposta ao setor responsável para análise.

h) elaboração de ata da sessão, com assinatura pelo Presidente, Membros e Representantes dos proponentes.

- i) reabertura da sessão para deliberação sobre a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar ou sobre sua inabilitação.
- j) as demais proponentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer e deverá ser registrado em Ata ou anexo.
- k) a falta de manifestação imediata e motivada do proponente, durante a sessão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto desta dispensa pela Autoridade Competente.
- l) em caso de inabilitação da proponente melhor colocada será feita a reabertura da sessão, para a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação dos proponentes sucessivos na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda às exigências do edital;
- m) comunicação do resultado do julgamento, declarando o proponente vencedor

5.2. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO MENSAL.

5.3. Serão desclassificadas as Propostas que:

- a) contiverem cotação para objeto diverso daquele indicado neste instrumento;
- b) não atenderem às exigências deste instrumento.

5.4. A classificação das propostas dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e, no caso de empate das propostas escritas, o Pregoeiro realizará o sorteio, na forma do § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93.

6. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

6.1. A autoridade competente o Sr. Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações efetuará a adjudicação e homologação do processo, após a decisão do recurso.

7. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Homologado o processo, o Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações convocará o proponente vencedor para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, informar os dados do representante legal da empresa que assinará o contrato, dentre aqueles constantes do estatuto/contrato social, ou do procurador, que deverá apresentar instrumento de mandato específico para tal finalidade, com firma reconhecida em cartório.

7.2. Convocado para assinar o contrato, o proponente vencedor deverá comparecer no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da convocação.

8. DA GARANTIA

8.1. A Contratada deverá, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de emissão da Ordem de Início da Prestação dos Serviços, sob pena de rescisão contratual, prestar garantia por uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual atualizado.

8.1.1. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá, conforme o caso, ser ajustada à nova situação ou renovada, de forma proporcional e seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação originária.

8.1.2. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.1.3. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do Contrato.

8.1.4. Satisfeitas as exigências contratuais, a garantia será liberada por ocasião do término do Contrato.

8.1.5. No caso da garantia ser prestada na modalidade caução, deverá ser aplicada em conta remunerada.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. É facultado a CGL ou autoridade superior, em qualquer fase de julgamento, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

9.2. No uso da prerrogativa conferida pelo § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, a CGL poderá solicitar, a qualquer tempo, os originais de procurações, documentos de habilitação, documentos que integrem as propostas dos licitantes e quaisquer outros cujas cópias sejam apresentadas durante o processo licitatório.

9.3. A divulgação de informações referentes a este instrumento e os resultados serão publicados no portal desta Prefeitura – www.riogrande.rs.gov.br

9.4. Quaisquer esclarecimentos sobre este instrumento deverão ser solicitados, via e-mail para comprasrg@gmail.com, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes do recebimento dos envelopes.

9.4.1. As respostas serão colocadas via portal, na aba “editais e licitações” e avisados de alteração no edital via e-mail a todos os proponentes que retiraram o edital no portal desta prefeitura através de cadastro, até o dia anterior à data marcada para recebimento dos envelopes.

9.5. Os interessados poderão solicitar cópia deste instrumento convocatório, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, sito à Rua General Bacelar, nº 264 - Centro.

9.6. Os interessados poderão acessar este edital, no Portal da Prefeitura do Rio Grande, através do endereço eletrônico www.riogrande.rs.gov.br – Editais e Licitações.

9.7. Os proponentes que optarem pela retirada do edital via internet deverão efetuar cadastro para acompanhamento de todo o processo.

9.8. Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da Lei 8.666/93.

9.9. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca do Rio Grande/RS, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 04 de janeiro de 2021.

Deivid Moraes Mendes
Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações